

Etnografia de um Congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil

ORG. MIRIAM PILLAR GROSSI E TÂNIA WELTER

ABA PUBLICAÇÕES

 **TRIBO DA ILHA**
EDITORA

ABA

A Associação Brasileira de Antropologia é a mais antiga das associações científicas existentes no país na área das ciências sociais, ocupando hoje um papel de destaque na condução de questões relacionadas às políticas públicas referentes à educação, à ação social e à defesa dos direitos humanos. A ABA foi fundada por ocasião da 2ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), em Salvador, em julho de 1955. A primeira diretoria eleita foi composta pelos professores Luiz de Castro Faria, Darcy Ribeiro e Roberto Cardoso de Oliveira (1955–1957).

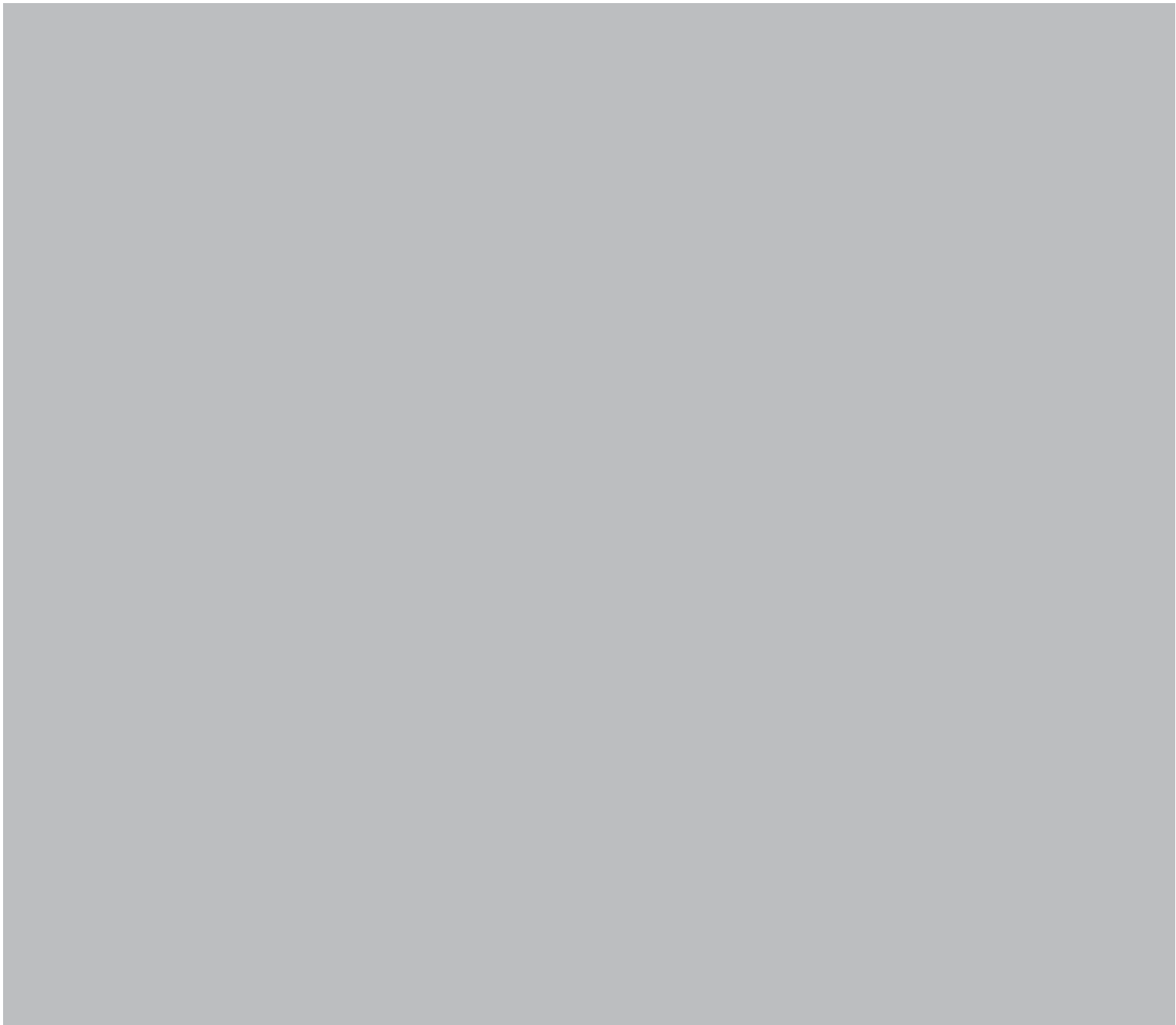
<http://www.portal.abant.org.br/>

IUAES

A IUAES – International Union of Anthropological and Ethnological Studies – foi fundada em 1948, a partir da fusão de associação existente desde o final do século XIX com a ICAES (International Congress of Anthropological and Ethnological Sciences), que havia sido fundada em 1934 em Londres. É uma das associações mais antigas da Antropologia mundial e está intimamente relacionada com fundações e apoios internacionais nos mais diversos países. A IUAES promove encontros de cinco em cinco anos, os World Congresses, como foi o caso do Brasil em julho de 2018. A União é responsável por uma rede intrincada de comissões que são propostas e articuladas por seus integrantes, e que refletem os interesses convergentes de uma comunidade antropológica global. E por isso é uma das responsáveis por importantes articulações teóricas no campo dessa disciplina.

<https://www.waunet.org/iuaes/>

Etnografia de um
Congresso: a organização do
18º Congresso Mundial de
Antropologia no Brasil



COMISSÃO DE PROJETO EDITORIAL

Coordenadora

Laura Moutinho (USP)

Vice–Coordenador

Igor José de Renó Machado (UFSCar)

Antônio Carlos Motta de Lima (UFPE)

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPel)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (Ufam)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Presidenta

Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Vice–Presidente

Sérgio Luís Carrara (UERJ)

Secretário Geral

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Secretária Adjunto

Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (UnB)

Tesoureiro

João Miguel Manzolillo Sautchuk (UnB)

Tesoureira Adjunta

Izabela Maria Tamaso (UFG)

Diretora

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN)

Diretora

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)

Diretora

Patrice Schuch (UFRGS)

Diretora

Patricia Silva Osorio (UFMT)

www.portal.abant.org.br

UNB – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa norte
Prédio do ICS – Instituto de Ciências Sociais
Térreo – Sala AT-41/29 – Brasília/DF
CEP: 70910-900

Etnografia de um Congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil

ORG. MIRIAM PILLAR GROSSI E TÂNIA WELTER

ABA PUBLICAÇÕES

 **TRIBO
ILHA**
EDITORA

Copyright ©, 2020 dos autores

Organização

Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter

Coordenação Editorial

Tânia Welter

Revisão

Gerusa Bondan

Diagramação e Capa

Rita Motta e André Luiz Dias – Ed. Tribo da Ilha

Imagem da capa

Yuri Brah

Grafismos

Felipe Bruno Martins Fernandes

Co-edição

ABA Publicações

Editora Tribo da Ilha

C749e Congresso Mundial de Antropologia (18. : 2018 : Florianópolis, SC)

Etnografia de um congresso: a organização do 18º Congresso Mundial de Antropologia no Brasil / org. Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter. – 1. ed. – Brasília (DF): ABA; Florianópolis (SC): Tribo da Ilha, 2020.

384 p. , grafs. , tabs. , fots.

Formato: PDF

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

ISBN: 978-65-86602-06-7 (e-book)

Inclui referências e anexos

1. Antropologia – Congressos. 2. Antropologia mundial. 3. Etnografia. 4. Teoria Decolonial. 5. Igualdade de gênero. 6. Igualdade étnico-racial. I. Grossi, Miriam Pillar. II. Welter, Tânia. III. Título.

CDU: 391/397

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

Sumário

- 11** Apresentação
- 19** Acolher o congresso mundial no Brasil
(Miriam Pillar Grossi)
- 25** Quando almas e trabalho se misturam: relatos da “secretaria” do 18º Congresso Mundial da IUAES sobre o trabalho em equipe
(Simone Lira da Silva, Miriam Pillar Grossi, Caroline Amábile Vale dos Santos, Gabriel Darío López Zamora, Gabriela Alano Tertuliano, Larissa Lannes e Maria Luiza Scheren)
- 49** Assessorando congressistas estrangeiros
(Filipe Tchinene Calueio e Tânia Welter)
- 55** Comissão de programação: práticas de comunicação e gestão
(Gabriel Darío López Zamora, Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino e Marina Laet Panella Motta)
- 65** Outros olhares sobre a história da antropologia: experiências pedagógicas na preparação do 18th IUAES World Congress
(Leonardo de Miranda Ramos, Miriam Pillar Grossi e Tânia Welter)
- 83** Credenciamento como espaço para afetos, alteridades e aprendizagens: 18º Congresso Mundial IUAES
(Matilde Quiroga Castellano e Soraia Carolina de Mello)
- 93** Deficiência e acessibilidade no 18º Congresso Mundial da International Union of Anthropological and Ethnological Sciences – IUAES
(Anahi Guedes de Mello, Flávia de Mattos Motta e Michele Leão)
- 105** Os traduzíveis e intraduzíveis da vida real
(Juliana Ben Brizola da Silva, Julia Vivanco Bercovich, Guilherme Ribeiro Colaço Mäder, Sabrina Testa, Hélène Lambert, Juliette Woitchik, Natalia Pérez Torres, Joaquín Correa, Vinicius Kauê Ferreira, Leonardo de Miranda Ramos, Virgínia Squizani Rodrigues e Desirée Sant’Anna Maestri)
- 121** Articulações e integrações proporcionadas pela comissão de comunicação do 18º Congresso Mundial IUAES
(Mariane Silva Pisani e Alana Aragão Ávila)

- 133** Welcome to Florianópolis! Uma descrição etnográfica da recepção dos congressistas da IUAES no aeroporto de Florianópolis
(Alessandra Caroline Ghiorzi e Denise Pistilli)
- 145** Coordenação da monitoria IUAES 2018: descrevendo as ações e os desafios
(Edilma do Nascimento Jacinto Monteiro e Samira de Moraes Maia Vigano)
- 161** Crianças no *IUAES*
(Dalânea Cristina Flôr, Jucilaine Zucco, Juliana da Silva Euzébio, Juliane Di Paula Queiroz Odinino, Letícia Cunha da Silva, Regina Ingrid Bragagnolo, Rita de Cácia Oenning da Silva e Saskya Bodenmuller)
- 175** Instalações e interações, arte e vida
(Andrea Vieira Zanella, Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto e Thainá Castro Costa)
- 181** Encontro de saberes e fazeres na feira de artesanato do 18º Congresso Mundial da IUAES
(Aline Ramos Francisco, Elis do Nascimento Silva, Joziléia Daniza Jagso Kaingang, Kércia Priscilla Figueiredo Peixoto, Larissa Mattos da Fonseca, Maria Dorothea Post Darella, Raquel Mombelli e Tânia Welter)
- 187** Hospedagem solidária e alternativa no 18º IUAES: intercâmbios de experiências e vivências concomitantes ao World Congress
(Raquel Mombelli e Flávia Cristina de Mello)
- 193** Feira de livros e lançamentos: reuniões, diálogos, polifonias (Parte I)
(Giselle Guilhon, Gláucia Assis, Guilherme Laus, Juana Moreno, Juliana Okawati, Márcia Calderipe e Renata Maia)
- 217** Feira de livros e lançamentos: afetos, encontros, prazeres (Parte II)
(Giselle Guilhon, Gláucia Assis, Guilherme Laus, Juana Moreno, Juliana Okawati, Márcia Calderipe e Renata Maia)
- 249** Comissão de bem-estar do 18th IUAES: um encontro de mundos, um mundo de encontros
(Alexandra Eliza Vieira Alencar, Ana Cláudia Mastrocola Garcia, Camila Sissa Antunes, Cinthia Creatini da Rocha, Giselle Guilhon, Karin Maria Vêras e Marinês da Rosa)
- 259** Reflexões musicais e dramáticas sobre corpos pretos, diáspora, feminismo e diversidade: a programação das comissões de cultura e festa do 18th IUAES Congress
(Alexandra Eliza Vieira Alencar e Fernanda Marcon)

- 269** Antropologia visual no 18 IUAES: a realização das mostras fotográficas
(Carla Pires Vieira da Rocha, Carmen Rial e Cornélia Eckert)
- 279** Relato de experiência desde um mundo de encontros
(Luciana Gransotto e Julia Coelho de Souza)
- 293** Em um “click” tudo se eterniza: breves considerações sobre o registro audiovisual do 18º Congresso Mundial IUAES 2018
(Suzana Morelo Vergara Martins Costa e Ângela Ferreira)
- 299** Rede de Antropologia Feminista e o Circuito Lilás durante o 18º Congresso Mundial IUAES
(Aparecida Shiroko Takigawa, Camila Rocha Firmino, Edilma do Nascimento da Silva Monteiro, Gabriela Pedroni, Giovanna Barros Gomes, Isadora Assis Bandeira, Kalena Henckel Pacheco, Matilde Quiroga Castellano e Mariane da Silva Pisani)
- 313** Refletindo sobre a organização dos pré e pós eventos
(Alana Aragão Ávila, Tânia Welter, Kelly Silva, Maria Catarina Chitolina Zanini, Luiz Fernando Rojo, Jean Segata e Patrícia Reinheimer)
- 339** Relatório final do 18º Congresso Mundial da IUAES
(Miriam Pillar Grossi e Simone Lira da Silva)
- 347** Instituições e Comissões organizadoras do 18º Congresso Mundial da IUAES
- 359** Relação de monitoras e monitores do 18º Congresso Mundial da IUAES
- 363** Sobre autoras e autores

Os traduzíveis e intraduzíveis da vida real

Juliana Ben Brizola da Silva
Julia Vivanco Bercovich
Guilherme Ribeiro Colaço Mäder
Sabrina Testa
Hélène Lambert
Juliette Woitchik
Natalia Pérez Torres
Joaquín Correa
Vinicius Kauê Ferreira
Leonardo de Miranda Ramos
Virgínia Squizani Rodrigues
Desirée Sant’Anna Maestri

*Uma comissão voluntária de tradução para
um evento acadêmico é composta de várias pessoas,
estudantes de pós-graduação e graduação que, por
diferentes caminhos, hoje compreendem outros idiomas e
servem como pontes entre as que vêm de longe.*

A comissão de tradução do 18th IUAES World Congress

A Comissão de Tradução foi uma das primeiras a ser criada dentro da organização do 18º Congresso Mundial da IUAES, em novembro de 2017. Conformada principalmente por estudantes latino-americanos lusofalantes, francófonos e hispanos falantes nativos de diferentes programas acadêmicos, nesse primeiro momento, as tarefas da Comissão tinham a ver com a

[VOLTA AO SUMÁRIO]

tradução de textos nas quatro línguas oficiais do Congresso: português, espanhol, inglês e francês. Esses primeiros textos eram enviados pela Comissão de Comunicação e tinham a função tanto de divulgar o evento quanto de resolver demandas associadas às inscrições. Paralelamente partiu-se para a tradução de textos relacionados com outras atividades do Congresso, como, por exemplo, as experiências antropológicas, a participação de crianças no evento, entre outras. Essa estrutura inicial de trabalho foi conformada por uma equipe pequena, que foi conseguindo atender à maior parte das diversas demandas. Para a organização dessa tarefa foi idealizado um sistema de trabalho *on-line* complementado com reuniões mensais. Essa experiência em rede permitiu otimizar os processos de tradução e edição de textos de acordo com as demandas das outras comissões. Em uma segunda etapa, nas semanas prévias ao Congresso, outras pessoas foram sendo incorporadas à equipe que, desse modo, ficou fortalecida. Ela foi composta por estudantes e profissionais voluntários provindos de diferentes áreas do saber; pessoas que possuíam bons ou ótimos conhecimentos em dois ou mais idiomas. Assim como o próprio congresso, nossa equipe foi marcada pela diversidade: enquanto alguns de nós, embora bilíngues, não dominávamos o idioma oficial do Congresso, o inglês, outros eram fluentes em quatro línguas; enquanto uns traduziam falas simultaneamente com relativa tranquilidade, outros precisavam pedir ajuda para indicar um simples caminho a um congressista perdido.

No entanto, diferente do que se possa imaginar, a diversidade da equipe de tradução configurou-se em unidade. Nós estivemos juntos e juntas o tempo inteiro, fluímos em ritmos e vibrações diversas, mas confluente. Nossa comunicação interna atenta traduziu-se, literalmente, em nossa comunicação como tradutoras e tradutores, comunicação esta que transcendeu a palavra. A colaboração e o afeto que circularam entre nós se tornaram visíveis no nosso trabalho. Fomos amadores no melhor sentido da palavra. Como bons amadores, fomos curiosos, entusiastas e, por vezes, inexperientes. Nosso amadorismo, inevitavelmente afetado e descompromissado com a excelência, nos permitiu bons acertos, nos possibilitou estabelecer conexões sensíveis, nos levou a ver os erros e acertos como

possibilidades iminentes, como acontecimentos singulares e potencialmente transformadores, como matéria de aprendizagem individual e coletiva.

Inglês como língua franca: o contexto sul-Americano e seus tensionamentos

Embora o inglês não fosse a língua da maior parte dos participantes do evento, foi, sim, a língua que representou a maior porcentagem de demandas de tradução ou assistência, isso porque se sabe que a língua inglesa vem sendo aceita como a língua franca do conhecimento científico, o que leva os pesquisadores a utilizá-la enquanto linguagem acadêmica e de divulgação científica em detrimento da sua língua nativa e da produção de conhecimento do seu país. A contradição foi estarmos na primeira versão do evento em América do Sul, o que supõe uma alta diversidade cultural e linguística até esse momento inédita, que fez com que nos víssemos obrigados a fazer uso da língua hegemônica da ciência e do conhecimento antropológico. Contradição essa que, por exemplo, foi frisada na conferência da antropóloga colombiana Mara Viveros Vigoya que expressou a necessidade de inverter a lógica deste tipo de congresso e optou por realizar sua fala em espanhol, a sua língua nativa. Percebia-se que nesse tipo de situação era desnecessária a tradução simultânea para a língua inglesa, pois a maior parte do público conseguia compreender sem a mediação desse recurso. Nesse sentido, o Congresso colocou em evidência os fundamentos do mundo científico-acadêmico que exige o uso da língua inglesa como condição política e de legitimidade da produção intelectual.

Se a experiência do Congresso mostrou que era possível subverter essa lógica, sendo que o número de pesquisadores não anglo-falantes era de longe maior do que aqueles que tinham o inglês como língua nativa, e sendo localizado o evento no Brasil, foi complexo e desafiador constatar que tenha vigorado o inglês como língua franca de um evento proposto enquanto um “Mundo de encontros”. Trata-se de uma questão que certamente não somente tem a ver com a antropologia, mas que implica o reconhecimento das dificuldades políticas e epistemológicas de produção e divulgação de

conhecimento em todas as disciplinas sem sujeição aos parâmetros hegemônicos – outra questão que foi levantada e vivenciada durante os cinco dias do Congresso.

Sem dúvida, a língua é uma fronteira. Diante da necessidade de trabalhar com uma única língua que facilitasse as trocas e a interlocução entre pesquisadores de todo o mundo, ficou precisamente em evidência a diversidade, muitas vezes irreconciliável, entre culturas, linguagens e maneiras de fazer. Um conflito que, para além de se apresentar como uma dificuldade operacional, pode-se assumir enquanto fonte de construção pluriversal do conhecimento antropológico.

Essa comissão não serviu apenas para a conveniência dos participantes cujo único meio de comunicação era a língua inglesa, mas principalmente para responder a uma necessidade linguística que só se pode compreender no contexto sociocultural brasileiro: a habilidade de comunicar-se em língua inglesa não é de domínio da maior parte da população brasileira. Podemos tentar identificar algumas causas dessa barreira linguística.

De um lado, a posição do inglês no sistema educacional brasileiro: as aulas de língua inglesa, principalmente na rede pública, são insuficientes; e, no ensino superior, inexistentes. Dessa insuficiência no ensino de inglês decorre que este idioma se torna de fato um bem cultural restrito às crianças das classes altas, cujas famílias podem pagar cursos de idiomas e, em alguns casos, escolas bilíngues. Assim como o domínio da língua inglesa, a chamada norma culta da língua portuguesa também é um bem cultural, herdado de família. “Para uns, a aprendizagem da cultura da elite é uma conquista que se paga caro; para outros, uma herança que compreende ao mesmo tempo a facilidade e as tentações da facilidade” (Bourdieu; Passeron, 2013). Assim, no contexto educacional brasileiro, o domínio da norma culta da língua portuguesa ainda é um obstáculo a ser vencido por muitos/as alunos/as que apenas nas últimas décadas começaram a aceder à universidade, e esse obstáculo é ainda maior para aqueles/as cuja língua materna não é o português, como alguns/umas alunos/as indígenas. Num cenário como esse, o inglês, embora importante, deve vir depois do português, se o

objetivo das políticas públicas de educação for a efetiva democratização do acesso ao ensino universitário, e não a continuação de um projeto de universidade internacionalizada acessível somente à elite do país.

Outros fatores importantes devem-se à configuração geopolítica regional. O Brasil é o sexto país mais populoso e o quinto com maior extensão territorial no mundo, ocupando quase metade no continente sul-americano, e o português é falado em todo o seu território e por quase toda a sua população. Na outra metade do continente, o espanhol é a língua mais importante e é língua oficial de quase todos os países, incluindo os mais importantes demográfica e economicamente, com a já mencionada exceção do Brasil. Devido à razoável inteligibilidade mútua entre o espanhol e o português (Jensen, 1989), o conhecimento do português basta para a comunicação interna e, num certo grau, com os países vizinhos do continente sul-americano. Esse cenário é bastante diferente de outras regiões do mundo, em que há uma diversidade de línguas nacionais muito maior, o que contribui para o uso do inglês na comunicação entre falantes de diferentes línguas nessas regiões.

Nesta região do mundo, a compreensibilidade mútua entre o espanhol e o português pode bem ser entendida como uma solução parcial à hegemonia do inglês e, ao mesmo tempo, como um arma de resistência cultural. Eventos como o Congresso em questão mostram que, entre latino-americanos, não é necessário recorrer a terceiras línguas. As diferenças entre os dois idiomas são, boa parte das vezes, superadas com uma fala pausada e alguns rodeios, embora sempre persistam alguns desentendimentos. Estes desentendimentos, porém, podem ser entendidos como ocasiões de aprendizado e conhecimento mútuo, em nível linguístico e cultural, que evitam as generalizações excessivas e lembram as diferenças contextuais, que não por menores resultam menos significativas. Este intercâmbio, precisamente por essas diferenças, se torna sumamente rico e abre possibilidades de cooperação acadêmica e profissional para os antropólogos da região. Contudo, cabe um comentário em sentido contrário. Em momentos de estresse ou dificuldade, estes desentendimentos podem se tornar

um problema. Um episódio acontecido durante o evento foi prova disso. Uma professora vinda do México precisou de atendimento médico e contar com um intérprete para acompanhá-la a caminho do hospital, durante os trâmites administrativos e inclusive durante a consulta facilitou muito o processo, além de trazer tranquilidade. Como na maioria dos casos, a labor do intérprete não se limitou, nesse caso, à tradução literal das falas, mas teve de incluir toda uma explicação sobre o funcionamento do sistema de saúde no Brasil, público e privado, sobre as particularidades burocráticas dos atendimentos e também sobre a cultura médica local. A visita ao hospital foi uma autêntica experiência etnográfica provocada por um imponderável. Esses desentendimentos, porém, se tornam mais delicados em momentos de estresse ou dificuldade.

Sem lugar a dúvidas, conhecer a língua inglesa constitui um privilégio de classe. Sem descartar a existência de exceções, geralmente, o acesso a esse idioma, bem como a qualquer outro idioma *estrangeiro*, depende do acesso a cursos particulares, escolas bilíngues ou, mesmo, intercâmbios no exterior. Ora, mesmo nesta porção privilegiada da população há nuances a considerar, como mostrou a experiência desta comissão. Ter conhecimentos de inglês não equivale a ser fluente nessa língua; apenas aqueles colegas que contavam com a tão precisada fluência conseguiam se comunicar sem dificuldades com os visitantes anglófonos, fazer apresentações orais no idioma e, inclusive, sintetizar o conteúdo de palestras. Para o restante dos colegas, o intercâmbio se reduzia a frases curtas e indicações simples, à custa de muito esforço. Ora, via de regra, a afamada fluência vem atrelada à imersão em contextos anglófonos, seja por experiência internacional, seja em escolas bilíngues. Os tão disseminados cursos de inglês fornecem um domínio formal do idioma, que apenas simula a plasticidade de comunicação oral em contextos reais.

A partir disto é possível entender o Congresso IUAES como uma imersão em campo, o campo da antropologia como disciplina acadêmica. Nesta arena, como ficou claro, a língua franca é o inglês. Ali onde se reuniam antropólogos de continentes ou hemisférios diferentes a comunicação

invariavelmente acontecia nesse idioma, e, claro, estava condicionada pela competência linguística dos seus participantes. Não se questiona aqui a necessidade de uma língua franca e é conhecido por todos o processo histórico que levou o inglês a se constituir como tal. O que, sim, deve ser questionado, nos parece, é o acesso diferencial que antropólogos de diferentes partes do mundo têm a essa língua, precisamente ao domínio dessa língua necessário ao trabalho acadêmico.

Alguns de nós, diante da evidência do privilégio que é dominar outros idiomas, vimo-nos compelidos a tomar um posicionamento político diante de tal questão. Afinal, que idioma deveria ser priorizado conforme o contexto e os diferentes participantes presentes em cada sala de Open Panel, por exemplo? Questionamentos acerca de quem estamos, no fim das contas, incluindo e, portanto, excluindo do debate, se mostraram bastante presentes em diversos momentos e espaços ao longo do Congresso.

Traduzir para Antropólogas/os: reflexões das estudantes que compuseram a comissão de tradução no *18th IUAES World Congress*

A tarefa do tradutor parece basear-se numa dialética um tanto tensa: fidelidade e liberdade, reprodução e recriação, palavra e sentido. Nesses velhos e tradicionais conceitos que, não por acaso, permeiam qualquer discussão sobre tradução, a fidelidade vem associada à literalidade e à palavra, e, portanto, colocada em contraste com a liberdade que o tradutor dispõe em prol da reprodução do sentido na língua estrangeira. Longe de querer reafirmar binarismos, e sabendo que se faz necessário expandir e repensar os termos da oposição, pensar a dialética é refletir sobre a tarefa do tradutor: “[...] a tradução toca fugazmente, e apenas no ponto infinitamente pequeno do sentido do original, para perseguir, segundo a lei da fidelidade, sua própria via no interior da liberdade do movimento da língua” (BENJAMIN, 2010, p. 225).

Para habilitar a voz do narrador ou recriar o discurso alheio nos seus próprios termos, o tradutor faz um enorme esforço de empatia com a

palavra de modo a evocar, mesmo que de forma provisória e precária, alguma afinidade entre as duas línguas. Tal tentativa de empatia coloca, por um lado, o tradutor a meio caminho entre dois mundos e, por outro, admite a diferença entre aquele que narra e quem o traduz, de modo a evitar neutralizar a alteridade singular das palavras do Outro (KOPENAWA; BRUCE, 2015, p. 537). Se estas línguas estão em constante transformação e o tradutor deve fazer emergir a ressonância entre elas num dado discurso – apoiando-se, para isso, na fidelidade à palavra, fidelidade esta colocada à disposição da liberdade para dar sentido –, a língua e a tradução aparecem enquanto devires: “[...] toda tradução é apenas uma forma, de algum modo provisória, de lidar com a estranheza das línguas” (BENJAMIN, 2010, p. 215).

Segundo alguns autores (HANKS & SEVERI, 2014; VIVEIROS DE CASTRO, 2004), a prática etnográfica também pode ser pensada como um empreendimento de tradução entre diferentes culturas; mesmo entre diferentes mundos – a cultura/o mundo do antropólogo, de um lado; a cultura/mundo de seus interlocutores, de outro. Nesse contexto, a tradução não é apenas uma operação linguística que consiste em substituir as palavras de uma língua pelas palavras correspondentes em outra. Em outras palavras, a tradução vai além da substituição literal de um termo por outro. Na antropologia, trata-se de traduzir uma *cultura* diferente para a do/a pesquisador/a (e dos leitores e leitoras) para que os dados de campo se tornem compreensíveis em termos racionais e científicos.

No âmbito do congresso do IUAES, que reúne intelectuais de todo o mundo, pudemos observar esse fenômeno da tradução para além da linguística. Como membros da Comissão de Tradução, fomos tradutores para antropólogos, o que inverte a perspectiva usual descrita acima: como resultado, fomos confrontados com situações inéditas e mal-entendidos sobre o próprio significado da nossa prática. Por exemplo, como parte de nossas atividades de tradução, pediram-nos para fornecer explicações além daquilo que imaginávamos estar envolvido, principalmente quanto a habilidades linguísticas. De fato, chamaram-nos para ajudar pessoalmente aqueles que expressaram a necessidade. Essa configuração criou situações

que seriam inimagináveis no contexto de tradução simultânea por fones de ouvido. Assim, durante uma sessão sobre mulheres indígenas na política na América Latina, aconteceu que um de nossos interlocutores fez perguntas sobre o contexto indígena latino-americano. Nessa situação, a pessoa em questão preferiu conhecer o contexto geral em que a intervenção ocorreu, em vez de ouvir, palavra por palavra, a apresentação traduzida. Da mesma forma, várias pessoas nos perguntaram sobre as razões de uma antropologia engajada no Brasil ou, mais amplamente, sobre o contexto político brasileiro. A compreensão do contexto político do país permitiu que nossos interlocutores compreendessem melhor as intervenções de alguns antropólogos – o tempo previsto para as apresentações deixava pouco tempo para uma contextualização – e também permitiu compreender o engajamento do congresso e da antropologia brasileira (RIAL, 2018), que deu origem a algumas questões dos participantes estrangeiros. A comunicação de Miriam Grossi (2018) na cerimônia de abertura do Congresso nos deu uma visão ampla dessa antropologia engajada, especialmente quando as palavras “fora Temer” e “Lula Livre” ressoaram. Mais amplamente, a necessidade de explicar o contexto surgiu porque a população representada era muito diversa, com falantes de todo o mundo, com campos de especialização muito variados e metodologias heterogêneas, que despertavam curiosidade, questionamentos e até mal-entendidos. Como Pierre Bourdieu (2002, p. 4) diz, “muitos mal-entendidos na comunicação internacional vêm do fato de que os textos não levam consigo seus contextos” [tradução nossa]. Por isso, várias vezes, a tarefa de “contextualizar” era esperada do tradutor.

Às vezes, porém, esses contextos eram os “intraduzíveis da vida real”, em referência aos “imponderáveis da vida real” de Malinowski (1943). O autor clássico da Antropologia já nos ensinava que as ações cotidianas, corriqueiras dos nativos nem sempre estavam ao alcance do método/do olhar antropológico. Os gritos de “Fora Temer!” e “Lula livre!” (infelizmente) já estão aclimatados/estabelecidos em eventos acadêmicos e em quase qualquer espaço coletivo no Brasil. Como explicar – ou: como traduzir? – os gritos de força no meio de solenidades, entoados por muitas

ao mesmo tempo, sem ensaio, mas com uma sincronicidade que só possui quem vive o mesmo drama? É claro que algumas pessoas viajantes estão a par da situação política brasileira, mas isso não foi o suficiente para que todo o simbolismo de um “Temer out” fosse alcançado. No entanto, o “Free Lula”, de alguma forma, se mostrou mais tangível.¹

Assim, nossa experiência de tradução no 18º Congresso Mundial da IUAES nos permitiu perceber que não há *uma* antropologia, mas antropologias e que elas fazem parte de contextos nacionais e internacionais, marcados por relações de poder e resistência. Em escala internacional, Kaben-gele Munanga, em seu discurso conclusivo ao Congresso, refere-se a uma “hegemonia pós-científica do centro”. O desejo de fazer antropologia diferentemente marcou o Congresso, intitulado: “O Passado, Presente e Futuro da Antropologia”. De fato, embora tenha sido apontado que o passado e o presente da antropologia continuam marcados por um viés colonial, o desejo de construir uma antropologia mais igualitária do futuro foi expresso. Para tanto, é importante o reconhecimento da contribuição das antropologias não hegemônicas e sua visibilidade (RIBEIRO, 2007/3), assim como a necessidade de repensar nossos métodos e teorias (MUNANGA, 2018). Além disso, como argumenta Ribeiro (2007/3), o estabelecimento de novas modalidades de diálogo entre “antropologias do mundo” tem um papel importante a desempenhar. Sobre esse assunto, durante o congresso, houve

1 Desirée, membro da comissão de tradução, relembra seu diálogo com o antropólogo indiano: “Especialmente em uma das minhas últimas atuações como tradutora no evento, que foi, também, uma das mais emocionantes. Logo após tirarmos a foto da equipe de tradução, onde todas as pessoas gritaram “Lula Livre” para a pose, registrando esse evento como um evento que aconteceu durante uma intensa crise política no país, me encontrei com um antropólogo indiano chamado Ananta Kumar Giri. E ele, gentilmente, me disse que rezava todos os dias pela liberdade de Lula, do Brasil e também do nosso mundo, pois, segundo ele, o que acontece com Lula é parte de algo que está em desequilíbrio no mundo todo. Eis a prece: Om Divine Mother# / Om Divine Mother / Please free Lula, free Brasil and free our world. [Aqui está o vídeo, embora eu não saiba se posso publicar, nem onde seria: <https://drive.google.com/file/d/13Pe6wps0wex2FH5U1vTJx-4kegQumr617/view?usp=sharing>”].

a possibilidade de antropólogos/as se expressarem em sua própria língua, enquanto um PowerPoint em inglês acompanhou sua apresentação. Embora essa configuração tenha dado origem a algumas críticas, ela deu voz a essas outras antropologias e envolveu, às vezes, uma inversão da hierarquia.

Finalmente: poderia o abarcamento de uma maior diversidade de linguagens nos congressos internacionais de antropologia contribuir para uma descolonização da disciplina? E, nesse processo de criação de novas formas de comunicação e circulação de conhecimento, qual seria o papel do tradutor?

Pós-evento: “what about women in the history of Anthropology”

O pós-evento, que se propunha a discutir a presença das mulheres na história da antropologia, foi realizado durante quatro dias no prédio do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, coordenado por Felipe Fernandes e Livio Sansone. Entre as pessoas que compunham as mesas-redondas que se sucediam, havia uma presença majoritária de mulheres e brancas, todas pessoas cisgênero. Entre as conferencistas haviam pesquisadoras da Índia, México e USA, com destaque principal para Subhadra Channa e Faye Harrison, duas mulheres fora do espectro de leitura de branquitude. O público que assistia ao evento, entretanto, era majoritariamente de alunas da UFBA negras, tendo alguns homens e algumas pessoas não cis. Finalmente, havia os tradutores que trabalharam no pós-evento e eram todos brancos, com exceção de Virginia.

Essa iniciativa descritiva em termos de gênero, sexo, raça e origem das pessoas que compunham o evento configura um ato de tomada de consciência do fato de que marcadores sociais da diferença se fazem presentes também no interior de nosso próprio campo (fato aqui representado pelas fronteiras claras entre alunas negras e tradutores brancos), ao mesmo tempo em que não se pôde ignorar que os convites para as comunicações e

conferências incorporavam a diversidade racial e de origem. Essas diferenças se traduziam seguidamente em tensões, não necessariamente agonísticas; na verdade, normalmente bastante produtivas, que diziam respeito sobretudo às questões de raça nos debates entre o público e a mesa.

O evento tinha como línguas o inglês e o português, o que significava que aqueles que apresentavam em inglês tinham de ser traduzidos, consecutivamente, em português, para o público mais geral, enquanto que aqueles que apresentavam em português tinham de ser traduzidos, simultaneamente, para um grupo de seis ou sete pessoas que não compreendia o português. A primeira mesa foi uma espécie de teste de fogo, pois foi ela quem nos fez compreender a importância de desenvolver tal sistema para o evento todo. Felipe Fernandes foi o primeiro a apresentar, e havia preparado um texto em inglês. Ele começou explicando, em português, que apresentaria em inglês, mas que se tratava de um texto já publicado em português sobre uma pesquisa que ele já havia apresentado em sala de aula para muitas das alunas presentes. Após alguns poucos minutos de leitura em inglês, ele foi interrompido por uma aluna do Pós-Afro que, demonstrando indignação, contestou sua escolha pela língua inglesa. Ela disse ser um absurdo que ele apresentasse em inglês quando “a língua que lhe acolhe”, em suas palavras, é o português. Felipe optou, então, pela alternativa de apresentar traduzindo para o português seu texto. Foi apenas a partir da segunda mesa que passamos a adotar de modo mais sistemático o sistema de tradução simultânea/consecutiva.

Sublinhamos o fato que a língua se apresentou neste contexto acadêmico como um marcador social da diferença, pois aqueles que dominavam o inglês eram em sua maioria pessoas brancas, e algumas, inclusive, europeias. Participaram também daquela mesa Ângela Figueiredo e Miriam Vieira, ambas mulheres negras, que falaram em português. A língua foi evocada, nesta situação específica, como produzindo um abismo que deveria ser denunciado. Além disso, descobrimos no banheiro masculino mensagens escritas à caneta – nos muros – com dizeres como “inglês língua de terroristas”, entre outras.

Como já disse, os tradutores eram todos brancos, e quase todos homens, bem como os responsáveis pela mediação entre esse diálogos. Mesmo quando a comunicação se dava entre mulheres negras, ela era mediada por homens brancos, que não ocupavam a posição de público que assistia ao evento. Se pensarmos em termos de fronteiras desenhadas por marcadores da diferença, as diferenças estavam marcadas especialmente pelos tradutores; é onde as diferenças apareciam com maior força. Não havia como não notar o fato. Mas para além de corpos que “simbolizam” algo, eu gostaria de sugerir que éramos corpos que, concretamente, eram receptores dessas tensões. Enquanto pessoas, essas tensões nos atravessavam e eventualmente éramos alvos delas. Não se trata de uma postura vitimista, senão de pensar o lugar atribuído a cada grupo de pessoas nessas relações.

Pequenas subjetividades do trabalho de tradutor

Trabalhar na comissão de tradução da IUAES foi uma experiência sobretudo de atenção, principalmente no início da semana, quando muitas pessoas chegavam de fora e tentavam se localizar nos espaços e conhecer a estrutura do Congresso e, inclusive, nós da comissão, identificados com camisetas cor de rosa. Atenção que envolvia atenção às pessoas que circulavam, às suas expressões, às vezes de interrogação e dúvida, à sua movimentação nos espaços, atenção que envolvia estar disposto não só em interagir verbalmente, mas estar com o corpo disponível para circular, levá-los aos espaços, mostrar as salas, o restaurante universitário, mostrar até como se come o pinhão no dia da festa ‘julina’, estar disposto a lidar com as diferenças étnicas e culturais, com as dificuldades de comunicação e os múltiplos sotaques, e aprender com tais interações.²

2 Em uma caminhada com dois participantes do evento no primeiro dia, um indiano e um ugandês, até o restaurante universitário e o prédio do CCE, onde fariam suas apresentações, pisar na grama, ou não, virou uma discussão ontológica, sobre natureza e cultura, em que se chocaram duas visões. Para o ugandês, passar pela grama parecia um contrassenso diante do caminho de ladrilhos, afinal, pisar na grama não a destruiria?

Também não podemos nos esquecer de mencionar o quão culturalmente diversa foi a própria comissão de tradução, que reuniu não apenas brasileiros, mas também argentinas, belgas, colombianas, haitianos. Considerando o fato de que fomos todos tradutores “amadores”, nossa diversidade cultural, por assim dizer, também nos permitiu fluir pelas diferentes situações que se apresentavam e que sempre nos demandavam traduções para muito além do idioma. Cada uma das pessoas da Comissão de Tradução colecionou alguma narrativa de afeto e cuidado que só se fez possível graças ao intercâmbio cultural e linguístico. Colocar-se na posição de tradutor se mostrou, para todos nós, em alguma medida, desafiador em vários sentidos. Sentimos em nossos corpos os atravessamentos dos marcadores que revelam diferentes idiomas; bem como a exaustão das atividades de tradução consecutiva; sentimo-nos compelidos a nos posicionarmos e a reconhecer que, quando na possibilidade de falar mais de um idioma, a escolha da língua preterida também passa por uma decisão política. Entretanto, acima de tudo, optamos por nos articular em torno do que nos unia, ao invés de focar somente o que nos difere. Assim, ao final, os diálogos que construímos entre nós e entre os demais participantes da IUAES revelaram-se um grande exercício salutar de aprendizagem.

Referências

BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: HEIDERMANN, Werner (org.). *Clássicos da teoria da tradução*. 2.ed. Florianópolis: UFSC, Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. In: _____. *Actes de la recherche en sciences sociales*,

O caminho de ladrilhos não serviria para preservar a natureza dos pés daqueles que insistiam em atravessá-la? Para o indiano, por sua vez, o contrassenso estava nas palavras do ugandês, pois os ladrilhos eram para ele a morte da natureza e pisar na grama não se constituía numa afronta à vida, mas consistia em reafirmar o caráter holístico da relação entre os seres humanos e a natureza, a cultura como parte intrínseca da natureza. Por fim, atravessados pelas reflexões, atravessamos pela grama.

v. 145, Décembre 2002. p. 3-8. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_2002_num_145_1_2793>.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os Herdeiros – Os Estudantes e A Cultura*. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DERRIDA, Jacques. Uma certa possibilidade impossível de dizer o acontecimento./Une certaine possibilité impossible de dire l'événement (Tradução de Piero Eyben). *Revista Cerrados*, v. 21, n. 33, 2012.

GROSSI, Miriam. *Cerimônia de abertura do congresso*. 18º CONGRESSO MUNDIAL DA IUAES, 16 jul. 2018.

HANKS, William F.; SEVERI, Carlo. Translating worlds: The epistemological space of translation. *Journal of Ethnographic Theory*, special issue, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2014.

JENSEN, John B. On the Mutual Intelligibility of Spanish and Portuguese. *Hispania*, v. 72, n. 4, p. 848-852, 1989.

KOPENAWA, Albert; BRUCE, Davi. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés; prefácio de Eduardo Viveiros de Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976. 436 p. (Pensadores (os); v. 43).

MUNANGA, Kabengele. A Antropologia Brasileira diante da Hegemonia Ocidental. Keynote no 18º CONGRESSO MUNDIAL DA IUAES, 19 jul. 2018.

NIRANJANANANDA, Swami; SARASWATI, Swami Satyananda; SIVANANDA, Swami. *Shakti Avahan: Invocation of the Divine Mother*. Bihar, India: Yoga Publications Trust, 2013. p. 13.

RIAL, Carmen. Miroirs transnationaux pour l'anthropologie. *Journal des anthropologues*, p. 152-153, 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/jda/6944> ; DOI : 10.4000/jda.6944>.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Anthropologies du monde. Cosmopolitique pour un nouveau scénario mondial en anthropologie. *Journal des anthropologues*,

n. 110-111, p. 27-51, 2007/3. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-journal-des-anthropologues-2007-3-page-27.htm>>.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectival Anthropology and the Method of Controlled Equivocation. *Tipiti: Journal of the Society for the Anthropology of Lowland South America*, v. 2, n. 1, Article 1, p. 3-22, 2004.